CONCURSO PÚBLICO
GUARDA MUNICIPAL DE BELO JARDIM (PE)

GUARDA MUNICIPAL (TARDE)

igeduc

100 QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital;** levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será ELIMINADO.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
- Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
- Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
- Nos itens que avaliarem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em concursos.igeduc.org.br.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (de 1 a 70)

Julgue os itens subsequentes.

01. O tráfico de drogas ilícitas é uma atividade que contribui positivamente para a economia dos países, sendo uma fonte legal de receita, garantindo estabilidade e segurança nas áreas em que ocorre.

02. O tratamento de dados pessoais é permitido em qualquer circunstância, desde que a entidade que coleta os dados considere que tem uma boa razão para fazê-lo, independentemente do consentimento do titular.

03. Segundo a Constituição de 1988, o direito à propriedade é absoluto, não podendo ser afetado por outras normas ou por interesses coletivos, independentemente das circunstâncias.

04. Considera-se feminicídio o homicídio cometido contra a mulher por razões da condição de sexo feminino. A lei prevê que, se o crime envolver violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher, a pena pode ser aumentada, refletindo a gravidade do crime e a necessidade de proteção da vítima.

05. De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, todas as empresas privadas são obrigadas a destinar 50% de suas vagas de emprego para pessoas com deficiência, visando a promover sua inclusão no mercado de trabalho.

06. No caso de homicídio culposo, a legislação brasileira permite que, se o agente cometer o crime sob influência de forte emoção após injusta provocação da vítima, a pena possa ser completamente perdoada pelo juiz, independente das circunstâncias e consequências do ato.

07. A planta de risco de incêndio, parte integrante do plano de emergência, deve ser facilmente acessível e visível na entrada da edificação, disponível em formatos eletrônicos ou impressos, para orientar tanto as equipes de emergência quanto os ocupantes durante uma situação de incêndio.

08. Um plano de emergência eficaz para situações de incêndio deve incluir informações sobre a construção, ocupação, recursos humanos e materiais existentes, como sistemas de hidrantes e saídas de emergência, com o objetivo de garantir a segurança de todos os ocupantes do edifício em caso de incêndio.

09. Segundo o Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), veículos de tração animal estão proibidos de circular em vias terrestres urbanas e rurais, sendo exclusivamente permitida a circulação desses em áreas rurais não pavimentadas.

10. No plano de emergência, é recomendado que se ignore a inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais, uma vez que medidas de evacuação padrão aplicam-se igualmente a todos os ocupantes, sem necessidade de adaptações específicas.

11. A Lei Maria da Penha permite que, em casos de violência doméstica e familiar, o agressor possa ser imediatamente liberado pela polícia mediante o pagamento de fiança, sem necessidade de uma avaliação judicial detalhada sobre o risco que representa para a vítima ou a sociedade.

12. A dependência de drogas ilícitas é uma condição tratável, e com o devido apoio médico e familiar, os indivíduos podem superar o vício, destacando a importância do acesso a serviços de saúde e suporte social adequados.

13. A violência doméstica representa a principal forma de violência interpessoal contra pessoas com deficiência, sendo mais prevalente entre as mulheres, indicando uma necessidade urgente de políticas públicas voltadas para o suporte e proteção deste grupo vulnerável.

14. A campanha "Junho Violeta" visa a aumentar a conscientização sobre a violência contra idosos, abordando violações físicas, psicológicas e financeiras. A Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, por meio do Disque 100, registrou um aumento significativo nas denúncias dessas violações no primeiro semestre de 2023, evidenciando a importância de tais campanhas na proteção desse segmento da população.

15. A entrevista investigativa pode ser conduzida de forma indiscriminada, sem necessidade de preparação ou definição de objetivos claros, uma vez que a conversa espontânea tende a revelar mais informações do que um diálogo estruturado.

16. Os Direitos Humanos surgiram exclusivamente como resultado direto da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Antes disso, não havia reconhecimento ou garantia de direitos civis e liberdades individuais em nenhum país do mundo.

17. A negligência é a forma menos comum de violência relatada contra pessoas com deficiência, visto que as famílias e cuidadores geralmente fornecem cuidado e atenção adequados, minimizando situações de abandono ou descuido.

18. A maioria das violências contra pessoas com deficiência é cometida por estranhos, fora do ambiente doméstico, já que os ambientes familiares são geralmente considerados seguros e protetores para indivíduos com deficiência.

19. Em todos os países, o consumo de substâncias como skank e LSD é legal e aceito culturalmente, não havendo restrições legais ou consequências para a saúde dos usuários.

20. De acordo com a Resolução CONTRAN nº 920/2022, a presença física de uma autoridade ou agente de trânsito é obrigatória no local da infração durante a utilização de sistemas automáticos não metrológicos de fiscalização móvel, para garantir a validade da autuação.

21. Notificações de violência contra pessoas com deficiência, registradas pelo sistema Viva-Sinan, mostraram um aumento significativo, passando de 3,0 mil para 7,6 mil casos entre 2011 e 2019, evidenciando a crescente atenção às questões de violência nesse segmento da população.

22. A criminalística utiliza métodos de observação, memorização e descrição para coletar informações em locais de crime, incluindo características físicas e sinais particulares dos envolvidos, como cicatrizes e tatuagens, essenciais para a investigação e identificação de suspeitos.

23. O Projeto de Prevenção e Combate a Incêndios (PPCI) é essencial para definir procedimentos de segurança, incluindo o controle do fogo e a evacuação segura dos ocupantes em caso de emergência, e sua aprovação pelo Corpo de Bombeiros é mandatória para diversas edificações, como industriais, comerciais e residenciais multifamiliares.

24. A Lei nº 9.605/1998 estabelece que as penas por crimes ambientais podem incluir, além das sanções penais, medidas administrativas e civis, evidenciando a responsabilidade compartilhada entre pessoas físicas e jurídicas por atos lesivos ao meio ambiente.

25. Os controles de acesso, como sistemas biométricos e cartões de proximidade, são ferramentas sofisticadas da segurança eletrônica que reforçam a proteção de ambientes ao restringir a entrada de indivíduos não autorizados.

26. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é obrigação das entidades públicas e privadas, especialmente aquelas atuantes nas áreas de saúde e educação, possuírem em seus quadros, profissionais capacitados para identificar e comunicar ao Conselho Tutelar suspeitas ou casos de violação de direitos praticados contra crianças e adolescentes.

27. As pessoas com deficiência visual são as que mais sofrem violência doméstica em comparação com outros tipos de deficiência, devido à sua maior vulnerabilidade e dificuldade de defesa, conforme apontado pelo sistema de notificação de violências Viva-Sinan.

28. Os casos de abuso sexual contra idosos ocorrem exclusivamente fora do ambiente familiar, indicando que medidas de proteção devem focar somente em instituições externas e espaços públicos.

29. A negligência contra idosos é caracterizada principalmente pela superproteção e atenção excessiva dos cuidadores, o que geralmente não resulta em danos ao bem-estar do idoso.

30. A Constituição Federal de 1988 estabelece que a República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana, refletindo o compromisso do país com os direitos fundamentais.

31. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, estabelece a obrigatoriedade de todas as empresas, independentemente do seu tamanho ou setor de atuação, reservarem 30% de suas vagas de emprego para pessoas com deficiência.

32. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997), é responsabilidade dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito assegurar o direito de trânsito seguro para todos, cabendo a essas instituições adotar as medidas necessárias para proteger a vida, a saúde e o meio ambiente.

33. Na criminalística, o princípio de que "Não há crime perfeito, há crime mal investigado" destaca a importância da preservação do local do crime para o sucesso da investigação, uma vez que a alteração de vestígios pode comprometer a identificação do autor do crime.

34. A diferenciação entre vestígios, evidências, indícios e provas é crucial na criminalística para a construção lógica da investigação criminal, em que cada elemento contribui de forma específica para a formação do conjunto probatório contra o suspeito.

35. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, é assegurado o direito de a pessoa com deficiência participar em igualdade de condições e oportunidades nas atividades políticas e públicas do país, garantindo recursos e adaptações necessárias para exercer tais direitos.

36. Em uma entrevista investigativa, o entrevistador tem liberdade para exercer pressão psicológica intensa sobre o entrevistado, visando a obter confissões ou informações, independentemente das consequências para o bem-estar do entrevistado.

37. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) exige que qualquer tratamento de dados pessoais observe o princípio da necessidade, limitando-se ao mínimo essencial para alcançar suas finalidades, de modo a não coletar dados excessivos em relação ao propósito da coleta. Esse princípio visa a proteger a privacidade do titular, garantindo que apenas os dados estritamente necessários sejam processados.

38. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito a dignidade da pessoa humana, assegurando o compromisso com a promoção dos direitos humanos e fundamentais.

39. Segundo a Lei nº 9.605/1998, as infrações ambientais cometidas por pessoas físicas não permitem a aplicação de multas ou outras penalidades a pessoas jurídicas relacionadas, pois a lei prevê a exclusiva responsabilidade individual nas questões ambientais.

40. Um plano de emergência válido e completo substitui a necessidade de instalação de equipamentos de segurança contra incêndios, como hidrantes e alarmes, já que o foco é na evacuação eficaz dos ocupantes em caso de emergência.

41. A Constituição de 1988 permite que os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário exerçam funções uns dos outros, como forma de assegurar a governabilidade e a flexibilidade administrativa.

42. As armas de fogo de uso restrito podem ser registradas diretamente no Sinarm, sem necessidade de passar pelo Comando do Exército, simplificando o processo para o cidadão comum.

43. Na Constituição Federal de 1988, é reconhecido a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país o direito à segurança, compreendendo a preservação da vida, da liberdade e da propriedade.

44. A segurança eletrônica se complementa com a proteção física, não a substitui completamente, demonstrando a importância da integração entre meios eletrônicos e humanos para uma proteção mais eficaz de propriedades privadas e públicas.

45. Segundo a Resolução CONTRAN nº 973/2022, é permitido o uso de capacetes de segurança sem qualquer tipo de identificação do INMETRO, desde que o usuário esteja utilizando óculos de proteção, garantindo assim a flexibilidade nas escolhas de equipamentos de segurança pelos motociclistas.

46. A Resolução CONTRAN nº 920/2022 estabelece que os sistemas automáticos não metrológicos de fiscalização devem ter a conformidade de seu modelo avaliada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) ou entidade por ele acreditada, garantindo que atendam aos requisitos específicos mínimos para cada infração a ser detectada.

47. A segurança eletrônica utiliza equipamentos avançados, como câmeras IP de alta resolução, para monitorar propriedades em tempo real, oferecendo uma resposta rápida e eficaz em caso de invasões, cumprindo com os princípios de inibir, detectar e comunicar qualquer atividade suspeita.

48. De acordo com a Resolução CONTRAN nº 940/2022, é mandatório que tanto o condutor quanto o passageiro de motocicletas, motonetas, ciclomotores, triciclos motorizados e quadriciclos motorizados utilizem capacetes certificados pelo INMETRO, os quais devem estar devidamente afixados à cabeça por meio da cinta jugular e engate sob o maxilar inferior, para circular em vias públicas.

49. O PPCI é um documento opcional que cada edificação pode escolher implementar ou não, dependendo da vontade do proprietário ou administrador, sem a necessidade de aprovação por órgãos reguladores.

50. Com o avanço da segurança eletrônica, os sistemas tradicionais de vigilância, como o uso de câmeras analógicas, tornaram-se obsoletos e ineficazes, não oferecendo mais qualquer tipo de benefício para a proteção de propriedades.

51. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, estabelece que é obrigatória a promoção da acessibilidade nos sítios da internet mantidos por órgãos públicos, garantindo o acesso à informação e comunicação para as pessoas com deficiência.

52. A Lei Maria da Penha estabelece que a violência doméstica e familiar contra a mulher não se limita ao ambiente físico, reconhecendo como violência qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause sofrimento psicológico, lesão, morte, dano moral ou patrimonial à mulher, seja no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto.

53. Para casos de engasgo em adultos, a manobra de Heimlich é recomendada como uma técnica eficaz para desobstruir as vias aéreas, onde o socorrista aplica compressões abdominais na vítima, permitindo a expulsão do objeto que causa o bloqueio.

54. O consumo de drogas ilícitas, como maconha, cocaína e ecstasy, pode levar a sérios problemas de saúde, incluindo arritmias cardíacas e insuficiência renal, enfatizando a necessidade de políticas públicas eficazes de prevenção e tratamento.

55. Apenas engenheiros civis têm autorização para elaborar e se responsabilizar pelo Projeto de Prevenção e Combate a Incêndios, excluindo outros profissionais da área de engenharia e segurança do trabalho.

56. Em caso de fratura exposta, o socorrista deve tentar realinhar o osso e aplicar uma tala improvisada antes da chegada do atendimento médico especializado, para garantir uma recuperação rápida e eficaz da vítima.

57. A classificação de risco de incêndio de uma edificação, determinada pelo Corpo de Bombeiros, influencia diretamente nas medidas de prevenção e combate a incêndios a serem adotadas, variando de risco leve a elevado, com base na carga de incêndio por metro quadrado.

58. De acordo com a Constituição de 1988, é assegurado a todos o direito à liberdade de expressão, sem censura, exceto em casos previstos em lei, como forma de proteger outros direitos igualmente importantes.

59. De acordo com a NR 23, é responsabilidade do empregador fornecer informações sobre o uso de equipamentos de combate a incêndio, procedimentos de evacuação segura e dispositivos de alarme existentes, visando à proteção integral dos trabalhadores.

60. A Resolução CONTRAN nº 993/2023 introduziu uma dispensa da obrigatoriedade do uso de capacetes para condutores de quadriciclos motorizados em áreas urbanas, visando a promover maior conforto e praticidade aos usuários desses veículos.

61. É recomendado provocar vômitos em casos de intoxicação por substâncias como soda cáustica, alvejantes e produtos derivados de petróleo para acelerar a eliminação do tóxico do organismo e evitar maiores complicações.

62. Após uma picada de serpente, é aconselhável cortar o local da mordida e sugar o veneno para reduzir a absorção da toxina pelo corpo, minimizando os efeitos do veneno sobre a vítima.

63. O Sistema Nacional de Armas (Sinarm), instituído no Ministério da Justiça sob a gestão da Polícia Federal, possui competência em todo o território nacional para identificar as características e a propriedade de armas de fogo, por meio de cadastro.

64. O tráfico de drogas ilícitas promove não apenas a ilegalidade, mas também contribui significativamente para o aumento da violência e da criminalidade, exigindo uma abordagem enérgica e coordenada das forças de segurança.

65. Em caso de queimaduras leves, é correto imediatamente aplicar água corrente sobre a região afetada para ajudar a diminuir a temperatura da pele e aliviar a dor, procedimento este que pode prevenir complicações e auxiliar na recuperação inicial da lesão.

66. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê que as medidas de proteção a crianças e adolescentes, incluindo a identificação e comunicação de casos de violência e abuso, devem ser executadas exclusivamente por profissionais do Poder Judiciário e do Conselho Tutelar, sem envolvimento de profissionais das áreas de saúde e educação.

67. A elaboração do plano de emergência pode ser feita sem a análise prévia de riscos de incêndio, pois o documento se concentra apenas nas rotas de fuga e pontos de encontro externos, sem necessidade de uma avaliação de risco detalhada.

68. A negligência, caracterizada pela recusa ou omissão de cuidados necessários, é uma das formas mais comuns de violência contra idosos, manifestando-se tanto no âmbito familiar quanto institucional. Esse tipo de violação pode resultar em sérios prejuízos ao bem-estar físico e psicológico das pessoas idosas, o que exige atenção das autoridades e da sociedade para a sua prevenção e combate.

69. Os sistemas de segurança eletrônica são projetados exclusivamente para uso em instalações de grande porte, como empresas multinacionais e órgãos governamentais, sendo impraticáveis para residências menores e comércios de pequeno porte.

70. O aumento de denúncias de abandono de idosos no Disque 100 em 2023, em comparação com o ano anterior, sugere que esse tipo de violência está diminuindo devido a melhorias nas políticas públicas e estratégias de prevenção.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

Julgue os itens a seguir.

71. Os substantivos coletivos se caracterizam por indicar um único indivíduo, independente da espécie. Ex: "Olivia", "Marina" e "Leonardo".

72. Armazenar dados na nuvem garante proteção absoluta contra todas as formas de perda de dados.

73. Pela perspectiva da voz passiva, o sujeito deverá sofrer a ação. Desse modo, ele deixa de ser ativo e se torna paciente. Ex: "A comida foi feita por Lucas" e "O livro foi deixado na biblioteca por Lucas".

74. Os sistemas operacionais modernos não são responsáveis pelo gerenciamento de recursos de hardware, pois essa tarefa é exclusivamente atribuída aos aplicativos que rodam sobre eles.

75. Os adjetivos primitivos advêm de outras palavras da língua portuguesa, se formando a partir de dois ou mais elementos estruturais. Ex: "frio-cortante" e "verde-água".

76. Fazer regularmente backup de arquivos é desnecessário se os dados estiverem armazenados na nuvem.

77. Os pronomes pessoais são responsáveis por especificar determinado indivíduo, durante uma conversa. Essa determinação ocorre com as três pessoas do discurso (eu, tu, ele, nós, vós, eles).

78. Os sistemas operacionais de computadores modernos são capazes de gerenciar simultaneamente múltiplos processos concorrentes, utilizando técnicas avançadas de escalonamento de processos e gerenciamento de recursos.

79. O Windows XP Professional foi descontinuado pela Microsoft em abril de 2014.

80. O Microsoft Edge é o programa de navegação mais antigo entre o Mozilla Firefox, Google Chrome e Safari, oferecendo a melhor segurança e estabilidade.

81. O Mozilla Firefox é o único navegador capaz de acessar todas as redes sociais sem restrições de segurança.

82. Os pronomes indefinidos se caracterizam por substituir ou ressignificar uma palavra na outra. A partir do seu uso, o texto se torna mais direto. Ex: "eles" e "elas".

83. Os sistemas operacionais modernos são projetados com arquiteturas complexas que incluem sistemas de gerenciamento de memória, sistemas de arquivos e subsistemas de entrada e saída, fundamentais para o funcionamento eficiente dos computadores.

84. Os substantivos abstratos indicam de modo generalizado todos os indivíduos de uma mesma espécie. Ex: "pessoas", "índividuos" e "grupos".

85. Os substantivos próprios se caracterizam por nomear grupos, independente da espécie. Ex: "dois", "oito" e "dez".

86. Ao serem conjugados, os verbos anômalos apresentam conjunções variadas. Ex: "ser", "ir" e "ter".

87. Os discos de armazenamento, como HDs, CDs e DVDs, têm capacidades de armazenamento variadas.

88. As tecnologias relacionadas à intranet abrangem sistemas de gestão de conteúdo (CMS), como o SharePoint, servidores de aplicativos para hospedagem de aplicativos internos e protocolos de segurança como SSL/TLS para proteger a comunicação interna.

89. Um adjetivo só pode ser considerado uniforme quando apresenta flexão de gênero. Ex: "homem" e "mulher".

90. A voz passiva se divide em duas formas: sintética e analítica. Na primeira forma, o que vai determinar a sua definição é o verbo transitivo direto. Enquanto na analítica, essa perspectiva só pode ser levantada com o uso do verbo auxiliar.

91. As formas nominais atuam no verbo, tornando objetos que são pessoais em impessoais. Ex: "Ele quer estudar para a prova" ou "Correndo, ela conseguiu alcançar os amigos".

92. Os conceitos de tecnologias relacionadas à intranet incluem protocolos de rede como TCP/IP, serviços como servidores web e aplicativos de colaboração, e práticas de segurança como VPN e firewalls.

93. O Microsoft Excel é uma opção menos segura para armazenar dados sensíveis do que o LibreOffice Calc devido à sua estrutura de segurança menos robusta.

94. Os pronomes demonstrativos atuam como indicadores. Sendo assim, procuram dar ênfase no ser, independente do seu local de encontro. Suas principais marcas são: "isto", "este", "esta.

95. Uma função importante do artigo é a distenção entre os hômonimos a partir de outras classes gramaticais, as quais resultam adjetivos e verbos em substantivos.

96. O LibreOffice Calc é uma alternativa gratuita ao Microsoft Excel, adequada para uso doméstico e em pequenas empresas.

97. O Google Chrome é o único navegador de internet que permite acessar o correio eletrônico diretamente, sem a necessidade de utilizar um serviço de e-mail.

98. Após as mudanças no Acordo Ortográfico, a locução verbal deixou de ocorrer com dois verbos e passou a ocorrer com um único verbo. Essa mudança se deu a partir da perspectiva de que um único verbo basta para que a ação seja transmitida.

99. Os artigos se caracterizam por especificar um substantivo logo no momento de sua inserção. Para que essa identificação possa ocorrer, o artigo deve anteceder o substantivo, determinando-o ou não. Ex: "As colagens são lindas".

100. A eficácia dos aplicativos de segurança, como antivírus, firewall e antispyware, pode ser influenciada por fatores como atualizações regulares, configurações adequadas e a capacidade de detectar ameaças emergentes.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

RASCUNHO

CONCURSO: MUNICÍPIO DE BELO JARDIM

PROVA DISCURSIVA

CARGO: GUARDA MUNICIPAL DE BELO JARDIM - PE

TEXTO DE APOIO

O Guarda Municipal desempenha um papel fundamental na salvaguarda dos direitos e liberdades fundamentais, atuando diretamente na linha de frente da interação com a comunidade. Nesse contexto, o conhecimento e a aplicação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) são essenciais, pois essa legislação representa um marco no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil, estabelecendo medidas de proteção e mecanismos para coibir tais atos de violência.

A atuação dos Guardas Municipais é também pautada nos princípios dos Direitos Humanos, que visam a garantir a dignidade, liberdade e igualdade de todos os indivíduos. Esses princípios estão enraizados na Constituição Federal de 1988 e são reiterados em diversos tratados internacionais. Ao zelar pela segurança pública, os Guardas Municipais devem assegurar que suas ações estejam em consonância com esses preceitos, promovendo um ambiente seguro e respeitoso, onde os direitos de cada cidadão são protegidos.

Além disso, a atuação preventiva e educativa em relação à violência doméstica é um aspecto crucial das responsabilidades do Guarda Municipal. Essa abordagem não só envolve a intervenção em situações de violência, mas também a participação em campanhas de conscientização e a colaboração com outras agências e organizações para desenvolver estratégias eficazes de prevenção. Dessa forma, o Guarda Municipal contribui ativamente para a construção de uma sociedade mais justa e segura, onde a violência doméstica é combatida em todas as suas formas.

QUESTÃO

Com base na sua compreensão da Lei Maria da Penha e dos princípios dos Direitos Humanos, responda:

1. **De que maneira a atuação preventiva do Guarda Municipal pode influenciar na redução da violência doméstica na comunidade?**

Mais informações: a questão que compõe a prova discursiva deverá ter a extensão mínima de 10 (dez) linhas e máxima de 15 (quinze) linhas, conforme disposto na página 15 (quinze) do edital, no tópico 9, da seção “4.3.2. Da prova discursiva.”

Questão discursiva. Não destacar.

Questão discursiva. Não destacar.

1.
2.
3.
4.
5.
6.
7.
8.
9.
10.
11.
12.
13.
14.
15.

Área de rascunho

Questão discursiva. Não destacar.

Questão discursiva. Não destacar.

A sua resposta deve ter o mínimo de 10 (dez) linhas e o máximo de 15 (quinze) linhas.